



Caro Presidente da Mesa do Congresso,
Colegas e Amigos,
Caras e Caros Convidados,

Neste 9º Congresso da FNE que há pouco iniciámos, esta é a hora de apresentação de contas do secretariado nacional da FNE que aqui cessa funções.

Ao fim de quatro anos, é o momento de nos confrontarmos com tudo o que fizemos.

O Relatório de Actividades que temos pela frente é uma apresentação sumária da diversidade de planos de intervenção a que fomos chamados e das lutas em que estivemos envolvidos, algumas das quais ainda hoje estão em curso. Não me proponho fazer aqui a síntese desse documento. Foi-vos enviado oportunamente e conheceis bem o seu conteúdo. Reconheço que algumas matérias poderão estar apresentadas discutivelmente de uma forma mais pormenorizada do que outras e que mesmo uma ou outra nem sequer teve tratamento. Mas, nesta minha intervenção, em vez de procurar sintetizar esse texto, quero antes fazer algumas reflexões sobre a acção que desenvolvemos neste quadriénio que agora acaba e dela retirar apontamentos que podem servir para o futuro, porque estou convencido de que não há futuro sem memória, e assim a reflexão que fazemos sobre o que fizemos permite-nos identificar melhor o percurso que teremos que fazer. O debate que se fizer a seguir será certamente elucidativo desta orientação. E embora este debate seja da maior importância, não posso deixar de referir que este Congresso se realiza precisamente no quadro das celebrações do 25º aniversário da nossa Federação, ocorrido no passado dia 2 de Novembro, e portanto no âmbito de uma acção político-sindical marcante que constituiu toda a nossa história até hoje. Fomos neste mandato a resultante também desse esforço enorme de constituição e da afirmação, primeiro da FNSE e depois da FNE.

Mas, antes de me referir ao documento de relatório de actividades de 2004 a 2008, quero dirigir uma saudação especial à Mesa que vai conduzir os trabalhos e particularmente ao seu presidente, agradecendo o apoio e colaboração que recebemos deste órgão ao longo do mandato que agora termina.

Quero ainda agradecer muito particularmente o apoio generoso que recebemos da Caixa Geral de Depósitos e da Câmara Municipal de Lisboa, para que este congresso possa aqui decorrer.

Aos colegas dirigentes da FNE e de outros sindicatos da FNE, bem como aos Funcionários destacados para a

organização desta iniciativa, cumpre-me também endereçar uma palavra de agradecimento.

A participação internacional da FNE

Cumpre-me ainda, com muito gosto, exprimir a nossa muito forte saudação às delegações estrangeiras que estão aqui no nosso Congresso, agradecendo-lhes a presença solidária nesta oportunidade da nossa vida interna, e afirmando a nossa inteira disponibilidade para continuarmos um trabalho de participação cooperativa, em nome dos trabalhadores da educação de todo o mundo que todos nós, com muitos outros pelo mundo inteiro representamos, na afirmação da força e vitalidade do movimento sindical. Queremos pedir-te, Patrick Gonthier, que, enquanto vice-presidente da Internacional da Educação, transmitas o nosso empenhamento nesta grande organização mundial.

Mas quero simbolicamente deixar uma palavra de muito especial carinho ao secretário-geral do CSEE, a ti, Martin Rommer, para te reiterarmos o empenhamento da FNE no reforço do papel do CSEE nos processos de negociação com a Comissão Europeia. Com efeito, a realidade política e social da União Europeia impõe que se mantenha uma estrutura sindical autónoma que assuma, em nome de todos os sindicatos da educação da União Europeia, o diálogo social indispensável ao progresso e ao desenvolvimento.

Quero sublinhar que neste mandato demos um contributo empenhado nos vários projectos desenvolvidos pelo CSEE, nomeadamente através da intervenção naquele que teve por finalidade estabelecer um quadro de referência sobre as questões do stress entre os profissionais da educação. Mas demos também o nosso contributo com vista à institucionalização do diálogo social europeu ao nível da educação. Quer através da nossa participação activa nos seminários promovidos pelo CSEE sobre esta temática, quer através de acções de envolvimento do Governo português e da entidade patronal representativa do ensino privado, considerámos essencial prestarmos todo o apoio a esta nova dimensão de intervenção sindical a nível europeu.

Nesta oportunidade, e julgo que interpretando o sentimento deste Congresso, quero saudar a recente ratificação do Tratado de Lisboa, decidida por larga maioria no Parlamento português, e ontem mesmo ratificado em Portugal pelo Senhor Presidente da República, esperando que os países que ainda não fizeram o venham a concretizar proximamente. Este Tratado, que define com carácter obrigatório geral a Carta dos Direitos Fundamentais, constitui um avanço importante na construção de uma Europa que não se cinge às preocupações económicas, mas que sublinha com realce a componente social que é a marca distintiva do que se pode designar, apesar das diferenças entre os países, o modelo social europeu.

Neste período de tempo, estivemos também atentos a estudos internacionais significativos, nomeadamente aqueles que são desenvolvidos pela OCDE ou pela Comissão Europeia., quer no que diz respeito à evolução dos resultados escolares dos nossos alunos nos mais diversos domínios, quer no desenho dos conteúdos da profissionalidade docente, remunerações ou lideranças das escolas. Temos acompanhado esses estudos, porque os consideramos contributos relevantes para a análise que nos cabe fazer sobre os papéis e o lugar dos trabalhadores da educação nas nossas sociedades, particularmente a portuguesa.

Ainda no plano internacional, recordo que ao longo deste mandato quisemos contribuir para o reforço da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa Sindical da Educação, quer através do nosso pedido de adesão - que foi aceite na conferência de 2007 -, quer através da organização de uma conferência extraordinária que ontem mesmo decorreu, com a participação de todas as organizações filiadas (com excepção de Timor-Leste, em resultado da especial situação interna que tem marcado aquele país, e de uma organização de Angola que em cima da hora se viu impossibilitada de se deslocar a Lisboa) e ainda de outras organizações que pediram o estatuto de observadores, com vista à sua eventual adesão futura. Para estes companheiros amigos, dirijo uma palavra especial de saudação fraterna simbolizada no uso comum da língua portuguesa.

As pessoas e os valores da FNE

Caras e caros delegados,

No final deste percurso de quatro anos, quero agora deixar uma breve mensagem muito pessoal a este Congresso. Quero dizer-vos que valeu a pena e que agradeço ter participado nesta equipa de dirigentes do secretariado nacional que agora cessa funções. Soubemos, em conjunto, preservar a unidade interna da nossa Federação. Quero dizer-vos que valeu a pena trabalhar com esta equipa de dirigentes provenientes dos vários sindicatos que nos constituem e que, cada um a seu modo, mas todos com o máximo de empenhamento, foram os rostos das acções que desenvolvemos, das lutas em que nos empenhámos e dos sucessos que também tivemos. Sublinho que entre todos, e apesar das nossas diferenças pessoais, foi possível estabelecer uma coesão e um clima de unidade e lealdade muito fortes, que devo agradecer indistintamente a todos.

A todos quero agradecer a forma como me facilitaram a tarefa de ser secretário-geral, o que merece o meu profundo agradecimento pessoal. Mas também quero dizer-vos que a acumulação de funções em várias organizações do actual secretário-geral não foi benéfica à disponibilidade para as exigências de funcionamento da nossa Federação. Creio que é essencial que esta situação se altere, em dois níveis: por um lado, uma maior disponibilidade do secretário-geral futuro; por outro lado, o reforço do gabinete técnico de apoio da FNE, logo que possível.

Não me sentiria bem se não deixasse também uma palavra de agradecimento aos trabalhadores que, directamente ao serviço da FNE, ou nos sindicatos ao serviço dos trabalhos da FNE, muito fizeram para que a nossa acção alcançasse o nível que atingimos.

Devo também nesta altura uma palavra de saudação muito reconhecida aos dirigentes dos diferentes sindicatos que, em trabalho de dinamização, no terreno, nas escolas, no dia-a-dia, estiveram em contacto com os trabalhadores docentes e não docentes, esclarecendo-os, apoiando-os, representando os seus sindicatos e a nossa Federação. Se é muito importante estar nas mesas de negociação, não é menos importante estar com os trabalhadores, no seu quotidiano, em acção sindical. Por isso, a todos, muito obrigado.

Ainda ao nível interno, não posso deixar de dar um relevo muito especial aos nossos companheiros e colegas do que foi o SINDLEP, o Sindicato dos Delegados e Subdelegados Escolares, que foi extinto quando esta figura administrativa dos delegados e subdelegados escolares deixou de integrar a nossa legislação enquadradora do sistema educativo. Enquanto existiu, este Sindicato integrou em plenitude a nossa acção e os nossos valores, tendo os seus dirigentes assumido sempre uma atitude leal, solidária e participativa que nos faz falta. Quero desejar-lhes, nesta oportunidade que, ao nível pessoal e profissional, estes antigos dirigentes contem só sucessos.

As dificuldades levantadas à acção sindical

Caras e caros delegados,

Depois destas notas mais intimistas, quero sublinhar, ainda ao nível organizativo, que não podemos deixar de denunciar que foi nos últimos três anos que as organizações sindicais da educação em Portugal foram o alvo preferencial de um conjunto de medidas que claramente limitaram, sem justificação, a acção sindical livre: a redução brutal do número limite de dirigentes dispensados para a actividade sindical; a limitação injustificada das condições de participação dos trabalhadores em reuniões sindicais. Aliás, quero sublinhar muito particularmente o total desrespeito pela acção sindical do nosso Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas que, pela primeira vez neste ano lectivo não viram reconhecido o legítimo direito a qualquer tipo de dispensa para a actividade sindical, o que, apesar de sucessivamente denunciado, não teve qualquer resultado efectivo.

Entretanto, as propostas do governo apresentadas na Assembleia da República sobre a acção sindical na administração pública, bem como as intenções denunciadas nos últimos dias sobre esta matéria levantam-nos sérias reservas sobre a consideração que a acção sindical merece a este governo.

Aos sindicatos cabe a responsabilidade, de que não podem prescindir, de denunciar o que consideram errado e prejudicial aos trabalhadores. Nós não deixaremos de o fazer.

Este governo não conseguiu calar as reivindicações que considerámos legítimas e que, pelas mais diversas formas, procurámos obter. Nem sequer limitou a nossa capacidade de mobilização. A verdade é que não nos calam, nem limitam a nossa acção, por muito que tentem.

Colegas,

Quero dizer-vos muito francamente que se é certo que, ao longo da história, a acção sindical nem sempre foi facilitada (e em muitos países ainda hoje é reprimida e violentada), os tempos actuais têm dificuldades específicas que muito preocuparam os nossos sindicatos, nomeadamente em termos de sustentabilidade financeira. A opção pela sindicalização, nomeadamente entre os jovens, não é hoje uma prioridade; a manutenção da sindicalização, em nome dos valores da solidariedade e da luta colectiva, vai perdendo aderentes, para já. Não faço aqui um balanço numérico sobre crescimento ou decréscimo de níveis de sindicalização, nem me pronuncio sobre a taxa de sindicalização entre os grupos de trabalhadores que representamos. Essa é uma área sobre a qual temos que fazer trabalho interno consistente no futuro, porque só dessa forma seremos capazes de renovar, como se impõe, a acção sindical nestes tempos. Mas não podemos deixar de sublinhar que em todos os nossos sindicatos, disponibilizámos os nossos serviços, e sobretudo os resultados das nossas negociações, e na total extensão do quadro jurídico em que se desenvolve a acção sindical em Portugal, a sindicalizados e a não sindicalizados, o que vos confesso que não considero aceitável. Porque as estruturas sindicais sobrevivem e trabalham apenas com as quotizações dos sócios, não é justo que aqueles que em nada contribuem para a acção sindical beneficiem dos resultados das estruturas e das acções que eles não suportam. Creio que o futuro terá que dar resposta nova a esta realidade.

A unidade e a convergência na acção com outras organizações

Colegas,

Foi sempre nossa preocupação encontrar espaços de convergência e de unidade na acção, particularmente com os sindicatos que partilham os mesmos valores que nós. Foi dentro desta linha de orientação que participámos activamente na FESAP, a frente de sindicatos da UGT da área da administração pública, quer em mesas negociais, quer em formas de protesto e luta, como aconteceu quando foi necessário recorrer à greve. Mas também foi essa a nossa metodologia de acção nas mesas negociais que formámos para as negociações que desenvolvemos na área dos Trabalhadores Não Docentes - neste caso com o SINTAP - e na área do ensino privado, com outras organizações da UGT. Foi um trabalho gratificante e positivo, que não podemos deixar de registar.

Mas devo também referir que muito do trabalho que desenvolvemos neste período, a propósito da revisão do Estatuto da Carreira Docente, e particularmente nos anos de 2006 a 2008, foi feito no quadro da Plataforma Sindical de Professores, constituída para dar expressão à convergência de pensamento de todas as organizações sindicais portuguesas de professores sobre as propostas de Estatuto de Carreira Docente que o Governo apresentou e para concretizar a unidade acção que se tornou necessária para responder com firmeza à atitude antinegocial e até de desdém do Ministério da Educação em particular e do Governo em geral em relação às organizações sindicais e aos trabalhadores e aos seus direitos.

Daqui resultou uma situação em que a FNE enquanto organização autónoma perdeu visibilidade, em nome da convergência encontrada. Esta situação resultou particularmente reforçada da iniciativa do Ministério da Educação de proceder à aferição da representatividade das diferentes organizações sindicais de docentes, com base apenas nos descontos efectuados sobre as remunerações e sobre os descontos bancários, marginalizando formas de pagamento de quotização que têm expressão mais relevante nuns sindicatos do que noutros. Daqui resultou uma situação de secundarização que a FNE procurou contornar sucessivamente, embora se tenha que reconhecer que genericamente sem sucesso. Independentemente dos resultados práticos obtidos, nomeadamente o recente protocolo de entendimento com o Ministério da Educação, no seguimento do qual a generalidade dos docentes portugueses saíram beneficiados, resultaram desta situação, ao nível da FNE e dos seus sindicatos, alguns prejuízos que não podem deixar de ser considerados. Assim, eventuais reconstituições pontuais da referida Plataforma, no futuro, terão que exigir acordos prévios que impeçam supremacias injustificadas.

Algumas intervenções reivindicativas

Mas impõe-se que se diga que, se nesse âmbito, a falta de visibilidade foi um facto a relevar, noutras áreas a FNE foi reconhecidamente pioneira e foi a organização mais expressiva: falo concretamente da denúncia dos atropelos a princípios de justiça em matéria de concursos, do combate à indisciplina e à violência escolares e da defesa dos trabalhadores não docentes.

Recordo que logo a seguir à entrada em funções da direcção que agora cessa funções, fomos confrontados com um concurso de colocação de docentes a nível nacional que decorreu da forma mais irracional que se poderia imaginar. Em 30 anos de concursos a nível nacional, assistiu-se, entre Maio e Outubro de 2005, a um retrocesso intolerável que colocou a FNE na primeira linha da denúncia dos sucessivos erros detectados e na exigência de correcções que os limitassem. O Governo actual introduziu depois novas alterações ao regime de concursos que, em muitos aspectos, desde sempre, mereceram a nossa total discordância. É por isso que não podemos deixar de manter na primeira linha das nossas reivindicações a clarificação e melhoria das normas concursais, em nome da justiça.

Em relação às questões da violência em contexto escolar, fomos os primeiros a colocar ao Procurador-Geral da República e ao Governo a questão essencial do entendimento das agressões físicas e verbais a docentes e não docentes como crime público e portanto prioritárias na investigação criminal; fomos os primeiros a exigir a constituição de equipas multidisciplinares de apoio às escolas e aos professores para prevenir em vez de remediar; fomos os primeiros a propor a constituição de um Observatório Nacional para a Convivência Escolar, com a participação de representantes dos pais e encarregados da educação, das autarquias, das organizações sindicais e do Governo.

Em relação aos Trabalhadores Não Docentes, sublinho particularmente as acções que desenvolvemos com sucesso relativamente à abertura de cada um dos anos lectivos em relação à manutenção dos trabalhadores contratados, por se revelarem absolutamente essenciais à garantia de funcionamento das escolas em que têm estado colocados. Fomos pioneiros na denúncia de preocupações quanto à forma como uma eventual transferência de competências para os Municípios possa vir a ocorrer. Temos defendido intransigentemente, a todos os níveis de intervenção, que aos trabalhadores não docentes se deve um tratamento que respeite a especificidade das suas competências e funções, não podendo ser confundidos com outros trabalhadores da administração pública que, até podendo ter a mesma designação de categoria, não têm de certeza o mesmo conteúdo funcional.

A acção de FNE contra medidas injustas

Colegas,

Estes quatro anos deram-nos a possibilidade de manter uma actuação sistemática de combate a medidas injustas e inadequadas que nos quiseram impor. A persistência com que as combatemos deram alguns frutos, mas não nos fizeram sentir que sobre elas não tenhamos que continuar a combater.

Foi neste período de tempo que o governo fez crescer o desemprego entre jovens licenciados e com formação para serem professores, desaproveitando estes recursos humanos para a batalha que se tem revelado perda de crescimento de ofertas educativas de qualidade que garantam o imprescindível aumento das qualificações dos portugueses.

Foi neste período de tempo que, dos mais diversos quadrantes, e com o assentimento do governo, se assistiu à menorização dos profissionais da administração pública em geral e dos professores em particular, assacando-se aos professores e genericamente à escola responsabilidades de que a sociedade e muitas famílias se demitiram. Até os níveis de insucesso dos alunos foram atribuídos exclusivamente aos professores, que foram acusados de abandonarem os alunos. Recusámos tal tipo de acusações, que são infundadas, injustas e ilegítimas.

Foi nos últimos quatro anos que a administração pública sofreu os mais rudes golpes de desconsideração e de prejuízo real dos trabalhadores, em termos de desenvolvimento de carreiras, remunerações e de condições de

aposentação. Tivemos clara consciência do caminho que se anunciava desde a entrada em funções do actual Governo. E foi pelos sinais que este desde logo deu que nos colocou a obrigação de avançar, por iniciativa da FNE, para um processo de contestação que se traduziu na greve desencadeada no mês de Junho de 2005 e que na altura o Governo considerou um ataque sem justificação. Hoje, conhecendo o que aconteceu, temos a certeza de que agimos bem e que não foi inadequada a acção que desenvolvemos. Estamos hoje confrontados com alterações estruturais significativas nos regimes de vínculos, carreiras e remunerações, com um claro crescimento das condições favoráveis à precariedade e eventualmente até ao compadrio. Continuamos a lutar para evitar as piores consequências, nomeadamente no que diz respeito ao enquadramento das funções dos trabalhadores não docentes das escolas. Por isto tudo, tínhamos razão em 2005 quando avançámos para a greve.

Esse mesmo governo tomou depois, durante o Verão de 2005, um conjunto de decisões mal preparadas, elaboradas sem conhecimento da realidade e das necessidades do sistema educativo, que se traduziram em orientações sobre o reordenamento da rede escolar (com encerramento apressado de milhares de escolas) e sobre a organização dos horários dos docentes (com clara desconsideração pelo tempo de trabalho individual de preparação das actividades lectivas). Contestámos firmemente estas medidas e considerámos essencial procurar evitar os problemas para que se estava a caminhar.

Mais uma vez na nossa história, foi nas vésperas da greve marcada para 18 de Novembro de 2005 que chegámos a um acordo com o Ministério da Educação sobre um conjunto de soluções, com as quais o Ministério da Educação se comprometeu, nomeadamente a de pôr ordem nos horários de docentes, eliminando as situações de abuso que se estavam a instalar. Corrigimos, em comissão de acompanhamento criada para o efeito, milhares de horários, mas o Ministério da Educação não quis dar a este acordo o relevo que merecia.

Foi na sequência desta ruptura que foi apresentada a proposta de revisão do Estatuto da Carreira Docente. Quer no seu conteúdo, quer na metodologia e calendário, quer na ausência de atitude negocial, tudo conduziu a uma situação de impossibilidade de negociação séria e que tivesse resultados positivos. Da parte sindical, houve a sistemática preocupação de procurar caminho de entendimento; da parte do Ministério da Educação, a mera ritualização da negociação, sem procurar obter aproximações, preferindo o caminho da imposição.

Foi no quadro de sucessivas rupturas e desentendimentos que os professores portugueses se manifestaram em 5 de Outubro de 2006, com mais de 20 000 professores nas ruas de Lisboa, e em 8 de Março de 2008, desta vez com mais de 100 000 professores a descerem a Avenida da Liberdade, até à Praça do Comércio. Não posso deixar de dizer que foi também com a participação da FNE que se garantiu a grandiosidade destas demonstrações.

Só perante a imensidão desta contestação - persistentemente enquadrada pelos sindicatos - é que o Ministério da Educação acabou por sentar-se à mesa das negociações e a reconhecer as organizações sindicais como as legítimas e únicas representantes dos trabalhadores da educação.

Estabelecemos, depois dessa marcha, e em seu resultado, um protocolo de entendimento que não deixa de sublinhar a radical distinção de opiniões, entre as organizações sindicais e o governo, quanto à estrutura e conteúdo do Estatuto da Carreira Docente, mas que permite que terminemos este ano lectivo com serenidade, mas sem desistirmos de nenhuma das nossas reivindicações fundamentais. A opção por impor ao Ministério da Educação o entendimento a que se chegou foi o caminho adequado para garantir a uniformidade de procedimentos avaliativos nas escolas, acabando com abusos inaceitáveis que se estavam a registar em múltiplas circunstâncias. Mas também criou espaço para a intervenção sindical na regulamentação de uma matéria extremamente relevante e que é a da organização dos horários com respeito pela componente não lectiva de trabalho individual.

O protocolo de entendimento não elimina nem esmorece a nossa reivindicação de uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que dignifique os docentes portugueses.

Pelo nosso lado, estamos a cumprir escrupulosamente o entendimento celebrado e exigimos que da parte do Ministério da Educação continue a existir todo o empenhamento na sua concretização. Sublinho, aliás, que, como o entendimento definia, o Governo já aprovou o decreto regulamentar para determinar orientações para a realização simplificada da avaliação de desempenho no presente ano lectivo; já foi constituída a comissão paritária de acompanhamento da avaliação, a qual, aliás, reuniu pela primeira vez anteontem; já foi assinado o despacho interno que determina orientações para que as eleições para os novos conselhos gerais previstos pela

nova legislação de administração das escolas possam ocorrer até ao dia 30 de Setembro próximo.

Colegas,

O actual governo colocou o combate ao deficit como primeira preocupação e até condicionante de todas as outras opções económicas e de desenvolvimento. Mas para assegurar o combate ao deficit o governo limitou-se a encontrar nos trabalhadores da administração pública a solução do problema, através de medidas que congelaram a contagem do tempo de serviço, para efeitos de progressão em carreira, entre 31 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007; que fizeram com que os salários e as pensões tivessem subido sempre menos do que a inflação real, o que significou clara redução do poder de compra dos trabalhadores no activo e dos aposentados; que injustamente impôs aos aposentados o pagamento de contribuições para o sub-sistema de saúde; que impediram que os trabalhadores da administração pública acessem a categorias superiores, como tinham direito; e finalmente alterando as regras de acesso à aposentação, fazendo com que o Estado deixasse de cumprir os deveres e os compromissos que tinha assumido no passado. Ao fim de longas carreiras contributivas, o governo impôs sem aviso prévio e ao arrepio do contrato de trabalho, o prolongamento do tempo de trabalho aos seus funcionários e, não contente com isso, reduziu os valores das pensões de aposentação esperadas. Isto é inaceitável e deve ser nossa preocupação recuperar os direitos de que todos nós, na administração pública, docentes e não docentes, fomos espoliados.

Creio ainda que não posso deixar sem reparo o facto de neste mesmo período de tempo terem sido estabelecidas as actividades de enriquecimento curricular. Trata-se de um prolongamento educativo que é disponibilizado às crianças no período que medeia entre o fim das actividades lectivas e o regresso das famílias a casa. Se quanto ao princípio, nada objectamos (pelo contrário), já criticamos fortemente a ausência completa de critérios credíveis na selecção dos responsáveis por estas actividades e repudiamos os valores ridículos que em muitas circunstâncias constituem as remunerações destes trabalhadores, para além da utilização abusiva nestas circunstâncias do recibo verde.

Colegas,

Este foi também o tempo em que o Ministério da Educação redefiniu orientações para a organização dos horários dos docentes. Assistimos ao mais completo desencontro de orientações nesta área, mas a verdade genérica hoje instalada é que aos professores portugueses se está a exigir que estejam na escola muito mais do que as 35 horas semanais. Aos professores não está a ser reconhecido o tempo essencial de que precisam para, em trabalho individual, prepararem as suas aulas. Temo-nos batido sistematicamente pela definição de um tempo adequado de trabalho individual, respeitado na organização do horário de cada docente. Através do recente entendimento celebrado com o Ministério da Educação demos um passo importante a este nível. Mas é preciso garantir que efectivamente os professores portugueses tenham tempo para serem professores.

Os trabalhadores não docentes foram desconsiderados pelos governos

Caras delegadas e caros delegados,

A FNE tinha conseguido, em 1999, através de um regime jurídico negociado com o governo de então, que os trabalhadores não docentes nas nossas escolas vissem reconhecidos os seus especiais papéis e funções, que se tivesse no horizonte para estes trabalhadores um forte investimento no aumento das suas qualificações iniciais, bem como na sua formação contínua, e que estes trabalhadores tivessem expectativas interessantes de ascensão profissional.

No entanto, logo em 2004, o governo de então alterou aquele diploma legal, com forte oposição da FNE, dos seus sindicatos e dos seus trabalhadores.

Esta situação, agregada à revisão do regime de carreiras, vínculos e remunerações da administração pública que este governo tem conduzido, com os propósitos que aqui já denunciei, tem feito instalar entre estes trabalhadores uma claríssima insatisfação, pelos níveis de precariedade e insegurança que se foram demonstrando.

E a acrescentar a esta situação, deve-se destacar o processo que vai, ora avançando, ora recuando, da transferência de competências para os municípios na área da gestão do pessoal não docentes. Ainda não estamos convencidos da bondade de uma tal decisão, nem tem havido a preocupação de demonstrar à sociedade que, por via dessa transferência, as escolas vão funcionar melhor, ou que os trabalhadores vão ser mais considerados e valorizados. Achamos mesmo o contrário, mas também temos dito que, em caso de se verificar essa transferência, ela terá que respeitar os percursos profissionais desenvolvidos, as categorias de esses trabalhadores são detentores e as expectativas de desenvolvimento profissional que a legislação lhes tem garantido.

A FNE tem mantido uma preocupação sistemática de distinguir, pela especial natureza das funções que lhes são confiadas, os trabalhadores não docentes dos restantes trabalhadores da administração pública.

Estes trabalhadores têm vivido sistematicamente situações de precariedade, de insegurança e de injustiça. É tempo de dizer que é tempo de estes trabalhadores se verem reconhecidos na especial importância que detêm na vida interna das escolas.

Ausência ou inadequada acção do governo no ensino superior

Delegadas e Delegados,

Ao nível do ensino superior, o governo alterou o regime jurídico de organização deste sub-sistema de ensino, com orientações que, tendo estado longe de serem pacíficas nas instituições, ainda estão longe de serem consideradas adequadas e até passíveis de concretização. Para além de disposições discutíveis sobre a organização das escolas, parece claro o desinvestimento financeiro no sector, transferindo para as escolas a responsabilidade de recolha de fundos para o seu funcionamento, o que para já se tem traduzido pelo crescimento intolerável do desemprego dos precários das instituições, com claros prejuízos para a sua oferta formativa.

À implementação do processo de Bolonha no nosso país falta um relatório público e circunstanciado que permita um debate alargado sobre as formas encontradas para a sua concretização.

Lamentavelmente, esta legislatura parece que fica marcada por um novo e injustificável atraso na revisão dos estatutos das carreiras dos docentes do ensino superior universitário e politécnico.

As autonomias regionais

O regime constitucional português reforçou, neste período de tempo, as autonomias regionais dos Açores e da Madeira.

É nossa opinião que são más as consequências que daí decorreram em termos de definição de estatutos de carreira docente diversificados entre o Continente e aquelas Regiões Autónomas. Com efeito, as mobilidades dos profissionais docentes entre as diferentes partes do território nacional ficaram dificultadas por não terem sido acautelados mecanismos de articulação entre aqueles diplomas.

Queremos que estas situações venham a ser clarificadas, o que obviamente se traduz na intervenção activa específica dos nossos Sindicatos Democráticos dos Professores dos Açores e da Madeira em conjugação com a acção que sobre esta matéria teremos que desenvolver com o Governo da República.

O ensino do português no estrangeiro

Este período de tempo registou, na nossa perspectiva, uma inaceitável e injustificada redução do investimento na

oferta de cursos de língua e cultura portuguesas no mundo, tendo-se revelado claramente insuficiente, quer ao nível do apoio às comunidades de emigrantes, quer na promoção do conhecimento e utilização da língua portuguesa para estrangeiros. Aliás, têm sido múltiplas as situações em que se tem verificado a ausência de respostas, a tempo, para grupos de alunos já constituídos, e para os quais o governo português não foi capaz de seleccionar docente.

Denunciámos como inadequada a alteração radical do regime de selecção de docentes que dessem as respostas necessárias às necessidades identificadas, pelo grau de instabilidade e fraco grau de atractividade que representa. Sublinho que, estabelecidas em 2006 as remunerações para estes docentes, não sofreram até hoje qualquer actualização, parta além de se estar a assistir à situação aberrante e já denunciada, de confundir subsídio de refeição com remuneração, constituindo estes trabalhadores da administração pública portuguesa que descontam IRS sobre aquele subsídio de refeição. Não calaremos a denúncia desta situação e exigiremos a reposição da inteira legalidade, com a recuperação pelos atingidos dos direitos que entretanto estiveram limitados.

Privado

Colegas e Amigos,

O mandato que agora termina pôde testemunhar dois importantes acordos com a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, para revisão do Contrato Colectivo de Trabalho. Recordo que, ao mesmo tempo que no âmbito do sector público, o Governo impunha um mecanismo de avaliação de desempenho de docentes injusto e inadequado, já ao nível dos estabelecimentos de ensino privado éramos capazes de estabelecer um regime de avaliação de desempenho negociado, aplicado inicialmente com carácter experimental e que se deverá ajustar de acordo com as dificuldades identificadas.

Ao mesmo tempo que no sector público o governo impunha congelamentos salariais e de desenvolvimento de carreiras, conseguimos sempre negociar aumentos salariais ao nível do sector privado, por via da negociação colectiva.

No sector da solidariedade social, saudamos particularmente o recente acordo em sede de negociação colectiva com a União das IPSS.

Com as Misericórdias, o trabalho tem sido menos frutuoso, embora não menos intenso nem frequente.

A aposta na nossa escola de ensino superior

Cabe-nos ainda referir aqui, nestes comentários de lançamento do debate sobre o mandato que agora termina, o trabalho que foi desenvolvido pelo nosso Instituto Superior de Educação e Trabalho, que, continuando a trabalhar no sentido do complemento de habilitações de nível superior para docentes, abriu uma licenciatura onde várias dezenas de trabalhadores não docentes estão agora a realizar acréscimos de formação que assentam, por um lado, na certificação de conhecimentos e competências adquiridos em contexto de trabalho, e, por outro lado, no estudo e na investigação que os professores desta instituição lhes proporcionam, para além de se ter iniciado o curso de Mestrado em Administração Educacional. Aos seus professores e trabalhadores endereçamos a nossa saudação, o nosso estímulo e a nossa palavra de agradecimento.

A nossa Central

O nosso empenhamento na Central Sindical UGT foi manifesta através da nossa permanente disponibilidade para a participação nas mais diversas iniciativas, desde seminários e conferências até à representação internacional. Posso assegurar-vos que em todos os momentos pudemos contar com a solidariedade activa do secretário-geral da UGT, em apoio às nossas reivindicações, não necessariamente debaixo dos holofotes da

Comunicação Social. Devemos-lhe uma palavra de saudação pela contribuição que foi procurando dar, dos mais diversos modos, para êxito dos nossos processos reivindicativos.

Foi no quadro de outros sindicatos da UGT da área da administração pública que participámos na FESAP. Da experiência daqui resultante nasce a necessidade de urgentemente se proceder à revisão de funcionamento desta Frente, melhorando a participação dos sindicatos nela participantes e aprofundando o debate interno que se torna essencial na preparação das sucessivas negociações.

O crescimento de informação da FNE

Fizemos uma aposta que julgamos essencial no crescimento da informação disponibilizada pela nossa Federação, com especial destaque para o nosso "site". Este mandato constituiu uma etapa de investimento extremamente forte a este nível, que creio essencial fazer ressaltar, particularmente aos seus responsáveis.

Conclusão

Os tempos não têm sido fáceis para os trabalhadores portugueses e do mundo inteiro. Os governos têm permitido e até contribuído para o crescimento das preocupações de índole económica, não tendo impedido a diminuição do espaço para a consideração das pessoas e das suas condições sociais.

A acção da FNE teve por finalidade primeira os trabalhadores - docentes e não docentes - que representa. Mas não deixou de a enquadrar numa perspectiva de exigência de uma escola de qualidade, que promove e assegura o sucesso educativo de todos os seus alunos e que contribui desse modo para o desenvolvimento e progresso dos portugueses e da economia nacional. Os profissionais da educação sentem-se mais valorizados numa escola de qualidade e reconhecida como tal pelos processos que aí decorrem e pelos resultados que aí se obtêm.

Deste modo, a acção sindical tem-se revelado mais necessária, mas também mais difícil.

Creio que vos deixo uma mensagem muito positiva sobre a FNE que chega a 2008. Interveniente na sociedade portuguesa, distinta entre as diversas organizações sindicais, firme nos valores em que acredita, próxima dos trabalhadores que representa. Está no meu espírito uma nota global muito positiva sobre o que fizemos e o que alcançámos. Todos nós quereríamos ter ido mais além, todos nós desejaríamos muito mais. É essa a nossa atitude permanente de exigência. Mas devemos dizer que, sendo certo que o trabalho foi difícil, valeu a pena, e que muitos trabalhadores da educação acreditam em nós e têm esperança na nossa acção. É por isso que vale a pena continuar.

Lisboa, 10 de Maio de 2008